



BANCO DA AMAZÔNIA

Movimentando a Amazônia. E a sua vida.

**PLANO DE APLICAÇÃO
DOS RECURSOS PARA 2010**

ESTADO DO TOCANTINS

2010

DIRETORIA EXECUTIVA

ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR
Presidente

ANTÔNIO CARLOS DE LIMA BORGES
Diretor de Infraestrutura do Negócio

EDUARDO JOSÉ LIMA CUNHA
Diretor de Análise e Reestruturação

EVANDRO BESSA DE LIMA FILHO
Diretor de Controle e Risco

GILVANDRO NEGRÃO SILVA
Diretor Comercial e de Distribuição

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1. AMAZÔNIA: CARACTERÍSTICAS, OPORTUNIDADES E DESAFIOS	6
2. MEIO AMBIENTE: POLÍTICA SOCIOAMBIENTAL E EMPREENDEDORISMO CONSCIENTE	8
3. BANCO DA AMAZÔNIA: POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL	11
4. ESTADO DO TOCANTINS: PERFIL GEOECONÔMICO E PRIORIDADES ECONÔMICAS	17
5. RECURSOS FINANCEIROS: INSTRUMENTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS E PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	42
6. RESULTADOS ESPERADOS: RESULTADOS QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS	45
ANEXOS	48
<i>ANEXO I - INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DO ENCONTRO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO PARA A APLICAÇÃO DOS RECURSOS PARA 2010</i>	<i>49</i>

APRESENTAÇÃO

Este **Plano de Aplicação dos Recursos para 2010** é produto do Encontro Estadual de Planejamento para a Aplicação dos Recursos operacionalizados pelo Banco da Amazônia, realizado no dia 21 de julho de 2009, no auditório da Superintendência Regional do Banco da Amazônia, em Palmas (TO), o qual foi organizado e coordenado pelo Banco da Amazônia e contou com a efetiva participação dos agentes públicos e privados que atuam na economia do Estado, refletindo a sinergia e o compromisso interinstitucional com a questão do desenvolvimento regional em bases sustentáveis.

Referido Plano foi concebido com a finalidade de ser uma importante ferramenta orientadora da atuação do Banco da Amazônia no Estado e encontra-se estruturado em seis capítulos que tratam das características, oportunidades e desafios da Região; do meio ambiente inserido à política socioambiental do Banco da Amazônia e ao empreendedorismo consciente; das políticas e estratégias do Banco da Amazônia para o desenvolvimento regional sustentável; do perfil geoeconômico e prioridades econômicas do Estado; da programação financeira a ser executada e dos resultados socioeconômicos esperados com a aplicação dos recursos.

O Banco da Amazônia tem consciência de que o desenvolvimento regional perpassa, fundamentalmente, pela formulação de estratégias que estejam alinhadas ao novo modelo de desenvolvimento baseado em negócios sustentáveis, que atendam às necessidades de sobrevivência no presente e que assegurem, também, qualidade de vida às gerações futuras. Sob essa perspectiva, vem reorientando suas ações para apoiar empreendimentos inseridos em arranjos produtivos locais, aglomerados econômicos e projetos sustentáveis, de modo a valorizar as potencialidades locais e, ao mesmo tempo, promover a melhoria da qualidade de vida da população, a inclusão social e a redução das desigualdades intra e inter-regionais.

Assim, esperamos com este Plano dar mais um passo no aperfeiçoamento da política de alocação de recursos do Banco da Amazônia, priorizando a oferta de crédito para empreendimentos que estejam devidamente alinhados ao novo padrão de financiamento preconizado pela Instituição para que a Região Amazônica possa atingir patamares mais elevados de desenvolvimento sustentável.

Aos parceiros que atenderam ao nosso convite para contribuir nesta iniciativa de trabalho participativo em benefício do conjunto da sociedade local, em nome da Diretoria Executiva do Banco da Amazônia e de seus empregados, externo a nossa gratidão e conclamamos a todos para que juntos possamos estar realizando o melhor possível visando o desenvolvimento do Estado, da Amazônia e do nosso País.

ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JUNIOR
Presidente do Banco da Amazônia

1. AMAZÔNIA: CARACTERÍSTICAS, OPORTUNIDADES E DESAFIOS

1.1. CARACTERÍSTICAS

A Região Amazônica possui uma extensão territorial de 5.088.668,5 Km², correspondente a 60% do território nacional, sendo composta por 9 Estados (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins). Sua população atual é de aproximadamente 23,6 milhões habitantes com densidade demográfica de 4,6 hab/Km², sendo que mais de 60% residem em áreas urbanas. O Produto Interno Bruto (PIB) da Amazônia é de R\$ 162,4 bilhões, equivalente a 7% do PIB nacional.



1.2. OPORTUNIDADES

A importância estratégica da Amazônia no cenário internacional aponta para o surgimento de novas oportunidades de desenvolvimento sustentável para a Região destacando:

- A existência de um patrimônio natural com uma imensa riqueza biológica, consistindo em um sistema integrado pela continuidade da floresta que, juntamente com a sua grande bacia hidrográfica, unifica vários subsistemas ecológicos;

- A floresta amazônica (que congrega 1/3 das florestas tropicais úmidas do mundo) reúne a maior reserva mundial de biodiversidade, 3,5 milhões de hectares de floresta virgem, 750 espécies diferentes de árvores e o maior banco genético do Planeta;
- A condição natural de uma das mais importantes províncias minerais da Terra, com perspectivas de diversificação, a curto e médio prazo, da industrialização do setor, além da extração de petróleo e gás em seu território;
- O elevado potencial hidrelétrico que possibilita não somente o abastecimento interno de energia, mas também a exportação energética para outras regiões do País;
- A disponibilização de extraordinária fonte pesqueira, existindo em suas águas mais de 1.500 espécies diferentes de peixes, além de crustáceos como o camarão e o caranguejo, este último encontrado nos manguezais; e
- O desenvolvimento do agronegócio regional envolvendo produtos madeireiros, carnes, pescado, grãos, óleos, frutas, indústria moveleira, indústria florestal não madeireira, siderurgia, metalurgia, indústria convencional (especialmente o segmento eletro-eletrônico), turismo, artesanato indígena e beneficiamento de produtos florestais.

1.3. DESAFIOS

A transformação das imensas possibilidades que a Amazônia dispõe em reais oportunidades de negócios sustentáveis depende, fundamentalmente, da capacidade dos agentes públicos e privados que atuam no processo de desenvolvimento regional construir arranjos institucionais fortes e capazes de mobilizar sinergias visando à superação dos desafios inerentes a uma região com as características e complexidades da Amazônia. Entre as ações necessárias para a superação desses desafios estão:

- A implantação de uma infraestrutura econômica capaz de facilitar o armazenamento, o escoamento e a comercialização da produção;
- A promoção do ordenamento territorial mediante a regularização fundiária, a proteção dos ecossistemas, os direitos das populações tradicionais e a melhor destinação das terras para a exploração produtiva;
- A elevação do nível de organização e o fortalecimento das micro e pequenas empresas;
- A melhoria dos serviços de assistência técnica e extensão rural prestados aos produtores da Região; e
- A capacitação tecnológica dos setores produtivos tradicionais da Região, de forma a propiciar adequada inserção comercial, a introdução de novos empreendimentos baseados em conhecimento técnico-científico avançado, em especial com relação ao uso sustentável da floresta, e outras ações que permitam a agregação de valor aos produtos regionais.

2. MEIO AMBIENTE: POLÍTICA SOCIOAMBIENTAL E EMPREENDEDORISMO CONSCIENTE

2.1. POLÍTICA SOCIOAMBIENTAL

Visando o aproveitamento das oportunidades de desenvolvimento sustentável na Amazônia com a geração de benefícios socioeconômicos que sejam internalizados em prol das populações locais, torna-se premente a adoção de um novo padrão de financiamento que esteja adequado às reais necessidades dos setores produtivos regionais.

Nessa perspectiva, a Política Socioambiental do Banco da Amazônia busca incorporar os componentes de sustentabilidade econômica, ambiental e social em todo o espectro de sua atuação, objetivando promover a solidificação de arranjos produtivos locais inovadores, inseridos em projetos alinhados aos pressupostos do desenvolvimento sustentável e articulados aos fluxos dos mercados nacionais e internacionais.

Trata-se de um modelo de financiamento que tem como foco o empreendedorismo consciente e o atendimento integral das necessidades do cliente, construindo um relacionamento bancário estreito e uma parceria fortalecida para o aproveitamento do meio ambiente como oportunidade para viabilização de negócios com sustentabilidade.

A gestão desse novo modelo de financiamento tem como pressuposto básico a concertação tripartite do ambiente no qual estão inseridas as atividades produtivas de cada Estado. Isto significa que os agentes que atuam no processo de desenvolvimento regional (governo, iniciativa privada e sociedade civil organizada) devem caminhar na mesma direção e articuladamente, de maneira a potencializar os resultados a serem alcançados e construir um processo de desenvolvimento sinérgico e duradouro.

A Política Socioambiental do Banco da Amazônia compreende critérios de categorização de clientes segundo os conceitos orientadores de indução, salvaguarda e exclusão.

A indução norteará a conduta do Banco da Amazônia frente às atividades econômicas sustentáveis que se deseja tornar a tônica na Região, visando a transição para um modelo de desenvolvimento que desestime práticas produtivas obsoletas e predatórias. Os empreendimentos categorizados sob essa ótica deverão receber tratamento preferencial e diferenciado, tendo em vista suas contribuições ao processo de desenvolvimento regional e efeito demonstrativo incentivador para outros projetos.

As salvaguardas serão instrumentos mobilizados pelo Banco da Amazônia para promover o redirecionamento de práticas produtivas de atividades tradicionais, induzindo à incorporação de tecnologias sustentáveis, cuja evolução deverá ser periodicamente acompanhada. Ao atuar em atividades estratégicas, espera-se expandir a influência de adoção de práticas sustentáveis para um grande leque de atividades.

O Banco da Amazônia, mediante a exclusão na concessão de financiamentos, não apoiará atividades econômicas baseadas em práticas que contradizem os princípios e valores da Instituição, bem como aquelas que sejam objeto de restrições na legislação vigente.

2.2. EMPREENDEDORISMO CONSCIENTE

No limiar do século XXI, a variável ambiental ganhou status de geradora de produtos e serviços, assumindo condição estratégica e indispensável para a conquista de novos mercados, considerando as exigências da sociedade moderna pelo consumo de produtos gerados em processos e sistemas de produção sustentáveis.

Sob essa ótica, a sociedade do século XXI vem experimentando profundas modificações comportamentais. No campo econômico, a crescente preocupação socioambiental revela-se uma extraordinária mudança no paradigma capitalista onde as empresas não podem ter o lucro como única preocupação e objetivo, a responsabilidade social e o compromisso com a sustentabilidade são considerados cada vez mais determinantes nas decisões dos consumidores, dos governos e de toda a sociedade organizada.

Essas mudanças tendem a se tornar ainda mais dinâmicas num mundo globalizado visto que os segmentos empresariais buscam incessantemente novas estratégias de venda para conquistar os consumidores cada vez mais exigentes, principalmente na área de alimentos, e as empresas exportadoras, igualmente, são desafiadas para romper as barreiras de ordem ambiental impostas pelos maiores mercados.

Embora no comércio internacional a questão ambiental venha sendo debatida desde a década de 1970, somente no final da década de 1990 é que tais mudanças se tornaram mais perceptíveis, quando os países mais desenvolvidos começaram a estabelecer restrições para acesso aos seus mercados através de medidas sanitárias, rastreabilidade do produto, rotulagem ambiental ou por meio de certificação do produto, a exemplo da madeira e também pela ocorrência de altas concentrações de agrotóxicos e antibióticos em alimentos.

Referida conjuntura impõe ao setor produtivo assumir uma postura de aliado do meio ambiente a partir da utilização de processos produtivos que incorporem tecnologias ambientalmente limpas com vistas a conservar os recursos naturais e preservar a saúde dos consumidores sem perder de vista a rentabilidade dos negócios como meio de garantir a permanência das empresas no mercado e conquista de outros.

Por outro lado, esta nova ordem econômica, na medida em que implica na adoção de processos ambientalmente sustentáveis, exige a implantação de sistemas de gestão ambiental nas empresas e/ou propriedades induzindo a abertura de espaços para novos serviços e conseqüentemente mais oportunidades de emprego.

Importante registrar, apesar de todo aspecto de reputabilidade e imagem que os negócios ambientais agregam à moderna empresa, o novo paradigma é fruto, também, da constatação de que a incorporação da sustentabilidade como estratégia de gestão das empresas representa maior eficiência e produtividade. A propaganda da dualidade entre produção e respeito ao meio ambiente vem sistematicamente perdendo a força, em decorrência da existência cada vez maior de exemplos práticos de negócios sustentáveis.

A poluição é antes de tudo uma ineficiência, ou seja, os resíduos decorrentes do processo produtivo são derivados do não aproveitamento completo do insumo utilizado, ou de suas propriedades, representando um elevado custo agregado ao preço final dos produtos, em função dos processos de destinação final e tratamento. Dessa forma, novos processos produtivos, mais racionais em uso de recursos naturais, bem como a reutilização de resíduos para outras atividades, representam uma maior eficiência no uso dos insumos resultando em maior produtividade para a atividade econômica.

Isto significa que essa nova dinâmica produtiva consolida a mudança de paradigma indo além da transformação resultante dos aspectos mercadológicos que a imagem de empresa socioambiental responsável pode agregar. Trata-se de uma nova economia baseada em negócios sustentáveis e competitivos.

No caso particular da Amazônia, a importância da economia em bases sustentáveis cresce exponencialmente, considerando, sobretudo, sua condição de principal reserva de biodiversidade e de água da Terra, bem como ser uma das maiores detentoras de recursos naturais do Planeta. Se do ponto de vista ambiental residem na Amazônia as principais esperanças de equilíbrio do sistema global, principalmente no que se refere às mudanças climáticas, do ponto de vista econômico a Região tem sido alvo da cobiça internacional, dado ao imensurável estoque de riquezas que abriga.

Nessa perspectiva, a Amazônia assume uma importância estratégica que a torna foco das atenções mundiais, inclusive no que se refere ao debate cada vez mais recorrente sobre sua internacionalização. Assim, desenvolver a Amazônia em bases mais sustentáveis, por meio da transformação do atual modelo de desenvolvimento econômico baseado na economia tradicional, representa a melhor resposta aos defensores da sua internacionalização, mostrando claramente que a sociedade brasileira é suficientemente responsável e madura para ser a guardiã da Região.

3. BANCO DA AMAZÔNIA: POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

3.1. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS DO BANCO DA AMAZÔNIA

Imbuído da Missão de “ *criar soluções para que a Amazônia atinja patamares inéditos de desenvolvimento sustentável a partir do empreendedorismo consciente*” o Banco da Amazônia atua com a Visão Estratégica de que, até 2012, todos os clientes, colaboradores, fornecedores, parceiros, a sociedade como um todo, os governos e os acionistas estejam satisfeitos e orgulhosos com os resultados quantitativos e qualitativos do Banco da Amazônia e que a Instituição seja referência em desenvolvimento sustentável na Região Amazônica e parceiro essencial de organizações do País e do Mundo que queiram participar deste empreendimento.

A atuação do Banco da Amazônia é pautada na observância dos seguintes Princípios:

- Aplicação rigorosa da ética, definida como escolha para o bem comum;
- Busca da excelência em todas as suas ações;
- Fundamentação das suas ações na criatividade e imaginação;
- Busca e criação incessante de novos conhecimentos para criar soluções cada vez melhores;
- Um “ fazer acontecer” caracterizado por ousadia e coragem, capaz de induzir grandes mudanças e transformações;
- Total transparência em todos os seus atos, como fundamento para relações de confiança;
- Busca de harmonia e o respeito ao ser humano, em toda sua diversidade, culturas e expressões;
- Fomento à participação responsável no desenvolvimento da Região Amazônica baseada no diálogo, consenso e gestão compartilhada;
- Assegurar uma cultura essencialmente empreendedora na Organização, garantindo agilidade e eficácia no atendimento; e
- Busca da excelência pelo investimento contínuo na formação profissional e humana.

3.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO BANCO DA AMAZÔNIA

Os objetivos estratégicos do Banco da Amazônia são expressos através de sete Desafios:

- **Indução** – Consolidar um papel relevante na definição e implementação de políticas de desenvolvimento sustentável na Amazônia;
- **Fortalecimento** – Fortalecer o Banco da Amazônia como instituição financeira voltada para o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica;
- **Foco no Cliente** – Orientar a ação do Banco da Amazônia para satisfazer as necessidades do cliente, em especial aqueles empenhados em adotar práticas de desenvolvimento sustentável em seus negócios;
- **Gestão** – Consolidar o novo Modelo de Gestão aprovado pelo Banco da Amazônia baseado em Gestão Estratégica, Gestão de Processos e Gestão de Projetos;
- **Infraestrutura** – Desenhar e implementar uma estrutura que esteja em função da estratégia da Instituição;
- **Pessoas** – Fomentar o desenvolvimento integral das pessoas como alavanca central para o cumprimento da Missão do Banco da Amazônia; e
- **Rentabilidade** – Alavancar resultados que gerem impacto positivo no desenvolvimento sustentável na Região Amazônica e valor para seus acionistas, clientes e colaboradores.

3.3. ALINHAMENTOS ESTRATÉGICOS DO BANCO DA AMAZÔNIA

Visando o alcance dos seus objetivos estratégicos, o Banco da Amazônia alinhou suas estratégias de atuação focando do tradicional para o sustentável, do produto para o cliente e da Matriz para a Rede de Agências.

Através desses alinhamentos estratégicos, o Banco da Amazônia espera obter ganhos de eficiência e produtividade e, conseqüentemente, impacto positivo no seu resultado operacional, decorrentes do monitoramento das despesas e receitas, a partir do melhor aproveitamento da base de clientes, via melhoria do índice de penetração dos produtos.

3.4. O BANCO DA AMAZÔNIA COMO AGENTE DAS POLÍTICAS, PLANOS E PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL PARA A AMAZÔNIA

O Banco da Amazônia, como agente das políticas, planos e programas do Governo Federal para a Amazônia, atua com o compromisso de promover o desenvolvimento econômico e social da Região em bases sustentáveis, valorizando as potencialidades regionais através de ações estratégicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida das populações locais e redução das desigualdades intra e inter-regionais.

As ações estratégicas do Banco da Amazônia para o desenvolvimento regional sustentável estão alinhadas às seguintes prioridades do Governo Federal para a Região Amazônica:

Apoio à Agricultura Familiar – O Banco da Amazônia tem como prioridade em suas estratégias de ação a concessão de financiamentos às atividades produtivas de menor porte, sobretudo para o segmento da agricultura de base familiar. Com uma política de atuação voltada para o pequeno produtor, valoriza o associativismo de produção e intensifica o seu apoio às populações tradicionais da Região como ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e indígenas, entre outros povos da floresta, atendendo também agricultores sem-terra, nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária.

Através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Banco da Amazônia, além de auxiliar a execução da Política Nacional de Reforma Agrária, financiando atividades produtivas na Região, tem contribuído decisivamente para o fortalecimento do segmento no contexto regional. Além disso, tem contribuído com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) destinando recursos de seu próprio orçamento aos órgãos oficiais prestadores de serviços de assistência técnica e extensão rural nos Estados da Região Norte. É uma parceria pioneira com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) para melhorar os serviços prestados aos mini e pequenos produtores rurais da Região.

Estímulo às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Em sua ação de fomento para o desenvolvimento regional, o Banco da Amazônia prioriza a concessão de financiamentos às atividades produtivas dos segmentos de microempresas e empresas de pequeno porte. O apoio do Banco da Amazônia a esses segmentos de menor tamanho se dá em consonância com a Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Entre as ações que o Banco da Amazônia vem desenvolvendo no sentido de intensificar seu apoio às microempresas e empresas de pequeno porte destacam-se a participação da Instituição no Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e a parceria com o SEBRAE Nacional, com quem mantêm convênio de cooperação geral visando desenvolver ações voltadas à ampliação do atendimento e da melhoria do acesso ao crédito pelas micro e pequenas empresas que atuam na Amazônia.

Incentivo ao Turismo Regional Sustentável – O setor de turismo representa uma excelente oportunidade para a estruturação de negócios sustentáveis e, principalmente, para o desenvolvimento regional. Para o Banco da Amazônia, que no âmbito de suas atribuições tem o compromisso de contribuir para o desenvolvimento do turismo regional, a alavancagem do setor perpassa, necessariamente, pela construção de um amplo e sólido sistema de alianças institucionais para empreender ações compartilhadas que contribuam significativamente para a dinamização do turismo na Amazônia.

Visando contribuir para o desenvolvimento do turismo sustentável na Região Amazônica, o Banco da Amazônia elaborou, em consonância com o Plano Nacional de Turismo (PNT), o Plano de Incentivo ao Turismo na Amazônia com a percepção de que mesmo a Região possuindo um imenso potencial para o desenvolvimento do turismo existem grandes desafios que podem ser transformados em excelentes oportunidades de negócios capazes de promover o desenvolvimento sustentável do setor.

Valorização da Cultura Amazônica – Instituído por meio do Decreto n.º 6.226/07, o Programa Mais Cultura do Governo Federal representa uma iniciativa que tem mobilizado esforços de um conjunto de agentes, como o Ministério da Cultura, os bancos federais e os governos estaduais e municipais, visando garantir mais acesso e condições para que a diversidade cultural brasileira possa se manifestar de forma plena.

Como atua alinhado às políticas, planos e programas do Governo Federal para a Região Amazônica, o Banco da Amazônia lançou o Programa de Ação “ Amazônia Mais Cultura” , cuja proposta é ser uma importante âncora na valorização da cultura amazônica, em consonância com a agenda social do Governo Federal, que tem na cultura um dos eixos prioritários e estratégicos. Por meio do Programa de Ação “ Amazônia Mais Cultura” , o Banco da Amazônia espera prospectar, de forma simples e inovadora, novas oportunidades de negócios sustentáveis no âmbito do setor cultural.

Apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – Implantado pelo Governo Federal, o PAC tem como premissa básica estimular o crescimento do PIB brasileiro e do emprego, com foco na inclusão social e melhoria na distribuição de renda. As ações e metas do PAC estão voltadas, sobretudo, para o investimento em infra-estrutura, o estímulo ao crédito e ao financiamento, à melhoria do ambiente de investimento, à desoneração e administração tributária e às medidas fiscais de longo prazo.

Desde o lançamento do PAC, o Banco da Amazônia tem contribuído com esse esforço do Governo Federal no sentido de retomar a capacidade orientadora do Estado na questão do desenvolvimento brasileiro, especialmente no tocante ao incremento da taxa do investimento público e privado. Os projetos financiados pelo Banco da Amazônia no âmbito do PAC contemplam setores estratégicos da economia regional como transporte, saneamento básico e geração de energia.

Incentivo à Formação de Arranjos Produtivos Locais – A estratégia de arranjos produtivos locais incentiva o cooperativismo entre os agentes produtivos e ao mesmo tempo, dada a sua capacidade de congregar elementos de competitividade, permite a montagem de uma rede integrada e sinérgica entre instituições de pesquisa, tecnologia, educação, transportes, crédito, infra-estrutura e produção.

Com essa percepção, o Banco da Amazônia atua como membro do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP/APL), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e composto por 33 instituições, o qual é responsável pela implementação da Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais. A ação creditícia do Banco da Amazônia contempla o apoio à formação e ao desenvolvimento de 49 arranjos produtivos locais selecionados como prioritários em todos os Estados da Amazônia.

Participação no Programa Banco para Todos – O Banco da Amazônia participa, ao lado das demais instituições financeiras públicas federais, do Programa Banco para Todos de iniciativa do Governo Federal. Esse importante programa de inclusão bancária possibilita o acesso aos serviços bancários à população excluída do sistema, especialmente aos trabalhadores informais e aos de baixa renda.

A atuação do Banco da Amazônia no Programa Banco para Todos se dá mediante a concessão de crédito à população de baixa renda, por meio de operações de microcrédito voltadas, principalmente, para a aquisição de bens de consumo e de pequenos equipamentos, como carrinhos de pipoca/cachorro-quente e máquinas de costura.

Apoio ao Programa de Microcrédito Produtivo Orientado – Em adesão ao Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Governo Federal, o Banco da Amazônia implantou o Programa “ Amazônia Florescer” , atendendo, dessa forma, o disposto na Lei N.º 11.110, que determina o emprego de metodologia no processo de concessão e acompanhamento do crédito aos microempreendedores que atuam no mercado informal.

O Programa e a metodologia garantem melhor controle de adimplência em razão de não se limitarem à concessão simples do crédito, e sim buscarem aplicar um programa inovador, com uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o cliente e com retorno para a instituição supridora dos recursos. O Programa “ Amazônia Florescer” foi concebido para possibilitar o acesso ao crédito aos empreendedores populares da Região Amazônica tendo por filosofia o relacionamento direto e permanente com os empreendedores no próprio local onde é executada a atividade econômica por meio de empréstimos seqüenciais, graduais, sob medida para suas necessidades, com acompanhamento do seu desenvolvimento individual e do negócio.

Apoio ao Agronegócio Regional – O apoio ao desenvolvimento do agronegócio regional pelo Banco da Amazônia tem oportunizado a estruturação e a alavancagem de importantes segmentos como o de produtos madeireiros, carnes, pescado, grãos, óleos, frutas, indústria moveleira, indústria florestal não madeireira, siderurgia, metalurgia, indústria convencional (especialmente o segmento eletro-eletrônico), turismo, artesanato indígena e beneficiamento de produtos florestais.

Os investimentos realizados pelo Banco da Amazônia nas atividades da cadeia produtiva do agronegócio regional cobrem um amplo espectro de atores do setor rural amazônico onde se tem apoiado agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais e empresários agroindustriais de médio e grande porte, permitindo a inserção competitiva nos mercados nacional e internacional. Exemplo disso tem sido o incentivo à produção do biocombustível na Amazônia envolvendo centenas de famílias que estão diversificando a base produtiva rural da Região mediante o aprimoramento da produção do biodiesel.

Estímulo à Pesca e Aquicultura – O Banco da Amazônia estimula o incremento da produção pesqueira regional, financiando a aquisição de barcos, motores e apetrechos de pesca aos pescadores artesanais e a construção de tanques e aquisição de alevinos aos empreendedores de aqüicultura, proporcionando-lhes melhores condições de vida, fortalecendo suas colônias, promovendo o aproveitamento racional de recursos naturais, aumentando a oferta de alimentos e melhorando o padrão nutricional da população regional. O apoio a este importante segmento da economia regional se reveste de elevada significância como instrumento de fortalecimento ao Programa “ Fome Zero” do Governo Federal.

4. ESTADO DO TOCANTINS: PERFIL GEOECONÔMICO E PRIORIDADES ECONÔMICAS

4.1. PERFIL GEOECONÔMICO

O Estado do Tocantins possui uma superfície de 277.620,9 km² (5,3% do território da Região Amazônica) e população de 1.243,6 mil habitantes com densidade demográfica de 4,48 hab/Km², estando localizado no sudeste da Amazônia. Atualmente, o Estado do Tocantins é composto por 139 municípios, sendo os principais Palmas, Araguaína, Gurupí, Porto Nacional, Paraíso do Tocantins e Araguatins. Suas fronteiras territoriais são com os Estados do Pará, Maranhão, Piauí, Bahia, Mato Grosso e Goiás.

O Produto Interno Bruto (PIB) do Estado do Tocantins é da ordem de R\$ 9,0 bilhões (equivalente a 0,42% do PIB nacional) enquanto o PIB per capita corresponde a R\$ 7,30 mil. O setor mais representativo na composição do PIB estadual é o de comércio e serviços, com participação relativa de 46%.

O Estado do Tocantins possui recursos hídricos em abundância, viabilizando sua auto-suficiência na geração de energia, abrindo oportunidades para a consolidação de novos empreendimentos, sobretudo no setor industrial.

A posição geográfica privilegiada do Estado (centro geodésico do Brasil), associada a excelente disponibilidade de terras, permite que assumam destaque, principalmente, no âmbito do agronegócio, onde despontam diversas cadeias produtivas tais como: pecuária de corte, pecuária de leite, grãos, abacaxi, apicultura e piscicultura. Com oportunidades reais de desenvolvimento surgem as cadeias de minerais não-metálicos (cerâmica), do turismo e dos setores de sucroalcooleiro e reflorestamento.

4.2. PRIORIDADES ECONÔMICAS

O Banco da Amazônia trabalha com o firme propósito de promover o desenvolvimento regional em bases sustentáveis. Nesse sentido, suas estratégias de atuação induzem e apóiam iniciativas empreendedoras que visem a utilização racional das matérias-primas locais que venham contribuir para o aumento do valor agregado e, ao mesmo tempo, considerem o enorme valor intrínseco do ativo ecológico existente na Amazônia, de forma que os recursos naturais da Região sejam aproveitados com sustentabilidade.

Sob essa perspectiva, as prioridades econômicas para financiamento pelo Banco da Amazônia em 2010 no Tocantins estão voltadas para o estímulo aos **Arranjos Produtivos Locais (APL) Selecionados para o Estado**, incentivo aos **Negócios Sustentáveis** e apoio aos **Projetos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)**.

4.2.1. ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS SELECIONADOS PARA O ESTADO

Para o Estado do Tocantins, foram selecionados os seguintes Arranjos Produtivos Locais para receberem financiamento prioritário pelo Banco da Amazônia: Apicultura, Fruticultura, Grãos e Oleaginosas, Mandiocultura, Pecuária de Corte e Pecuária de Leite.

A priorização dos APL selecionados não exclui a possibilidade de atendimento, pelo Banco da Amazônia, de outros APL, cadeias produtivas, aglomerados econômicos ou outras formas de organização do setor produtivo, desde que suas atividades sejam pautadas nos princípios do desenvolvimento sustentável.

O Quadro I, a seguir demonstrado, apresenta o diagnóstico situacional dos APL selecionados para o Estado, contemplando a situação atual dos APL e os principais desafios para o seu desenvolvimento.

Quadro I: Diagnóstico Situacional dos APL Selecionados para o Estado

APL	Situação Atual do APL	Principais Desafios para o Desenvolvimento do APL
Apicultura	<ul style="list-style-type: none">▪ Atualmente a produção de mel está em torno de 215 toneladas de mel/ano▪ Apoio de diversas instituições públicas e privadas para a organização e ampliação da base produtiva▪ A Câmara Setorial da Apicultura é o principal instrumento de articulação entre produtores e instituições parceiras▪ As condições climáticas e a diversidade da flora apícola do Estado permitem ao produtor trabalhar com a apicultura convencional, a meliponicultura e a apicultura orgânica	<ul style="list-style-type: none">▪ Melhorar a assistência técnica▪ Realizar estudo de logística para o escoamento da produção▪ Realizar o levantamento da flora apícola estadual para a implantação ou direcionamento dos apiários no Estado visando o aumento da produtividade▪ Facilitar o acesso às agências financiadoras (burocracia na questão do preenchimento das planilhas)▪ Ampliar a base de informações da atividade no Estado▪ Desenvolver plano de marketing para divulgação da produção de mel

APL	Situação Atual do APL	Principais Desafios para o Desenvolvimento do APL
Fruticultura	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O APL está bem desenvolvido faltando apenas a criação da Câmara Técnica Setorial de Fruticultura ▪ Nos últimos cinco anos a produção tem se mantido estável em 245 mil toneladas de frutas, havendo tendência de crescimento com o funcionamento dos projetos hidroagrícolas Manoel Alves, São João, Sampaio e Gurita 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ampliar a quantidade de viveiros de produção de mudas credenciados junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) ▪ Investir no melhoramento da logística de distribuição
Grãos e Oleaginosas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existem no Estado duas agroindústrias de produção de biodiesel (Municípios de Porto Nacional e Paraíso), que utilizam óleo de soja importado de outros Estados ▪ As culturas de oleaginosas com potencial para a produção de bicompostível no Estado são a soja (312 mil ha) e o pinhão manso (3.500 mil ha) ▪ Ausência de esmagadora de grãos no Estado 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Investir em pesquisa ▪ Elevar o nível de capacitação de técnicos e produtores ▪ Investir na mecanização para a colheita de pinhão manso
Mandiocultura	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A produção envolve todos os municípios do Estado ▪ Elevado número de agroindústrias que se encontram ociosas ou desativadas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar a qualidade da gestão e o nível de organização dos produtores de farinha ▪ Elevar o nível tecnológico no processo de produção e beneficiamento ▪ Adquirir semente para plantio de novas áreas ▪ Aumentar a eficiência das agroindústrias de farinha

APL	Situação Atual do APL	Principais Desafios para o Desenvolvimento do APL
Pecuária de Corte	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O rebanho bovino tocantinense sofreu uma redução nos últimos cinco anos, correspondente a 5,12% ▪ O custo de produção do kg da carne é mais caro que em outros centros e a arroba da carne é mais barata ▪ Exportação de 8 milhões de kg/ano de carne (principalmente para Portugal, China, Rússia e Espanha) ▪ Os principais centros de exportação no Estado são os Municípios de Araguaína, Gurupí, Nova Olinda e Paraíso ▪ O Estado possui o 10º rebanho nacional e é região livre de aftosa com vacinação ▪ A produção de couro no Estado é grande geradora de empregos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Realizar a recuperação das pastagens do Estado ▪ Reduzir o custo dos insumos ▪ Elevar o nível de industrialização dos curtumes do Estado ▪ Ampliar a capacidade técnica do setor, principalmente na conservação dos couros onde ocorrem as maiores perdas
Pecuária de Leite	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O APL está implantado na região do Bico do Papagaio, abrangendo 25 municípios e sendo composto por 32 instituições ▪ A produção diária é de aproximadamente 145 mil litros ▪ O APL dispõe de um plano de ação com horizonte até 2011 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Facilitar o acesso ao crédito pelos laticínios da região ▪ Melhorar os serviços de assistência técnica e extensão rural ▪ Investir na melhoria das estradas vicinais ▪ Aumentar o valor agregado dos produtos

4.2.2. OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS SUSTENTÁVEIS NO ESTADO

Desenvolver a Amazônia de forma sustentável, por meio da transformação do atual modelo de desenvolvimento econômico baseado na economia tradicional, representa o principal desafio dos atores regionais que contribuem no processo de desenvolvimento da Região.

Nesse contexto, o Banco da Amazônia, como agente das políticas, planos e programas do Governo Federal para a Região Amazônica, atua pautado no compromisso de financiar projetos e empreendimentos sustentáveis, que valorizem as potencialidades locais e, ao mesmo tempo, promovam a melhoria da qualidade de vida da população, a inclusão social e a redução das desigualdades intra e inter-regionais.

Assim, para o Estado do Tocantins foram identificadas oportunidades para a realização de negócios sustentáveis no âmbito dos segmentos da agricultura familiar, micro e pequena empresa, turismo, cultura, atividade florestal, indústria, projetos estruturantes, agronegócio e comércio e serviços (v. Quadro II).

Foram mapeadas, ainda, oportunidades de negócios sustentáveis nas áreas jurisdicionadas das agências do Banco da Amazônia localizadas no Estado (v. Quadro III). Essas oportunidades de negócios sustentáveis foram identificadas com base em um conjunto de critérios como: capacidade de geração de emprego e renda, maturidade ou tradição na localidade, possibilidade de induzir ou estruturar novos nichos de mercado, potencialidade para formar cadeias produtivas, sustentabilidade socioambiental, nível de organização dos agentes econômicos envolvidos e consonância com as prioridades dos governos estadual e municipal.

Quadro II: Oportunidades de Negócios Sustentáveis no Âmbito dos Segmentos Prioritários

Segmento	Oportunidades para a Realização de Negócios Sustentáveis	Desafios	Ações Desenvolvidas para a Superação dos Desafios	Ações Previstas para Fortalecer o Segmento no Estado
Agricultura Familiar	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Incentivo do Governo do Estado à agricultura familiar organizada através da estratégia de APL, com ênfase para os APL selecionados para o Estado ▪ Inexistência de conflitos agrários 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar a qualidade dos projetos e a expedição da licença ambiental ▪ Qualificar a demanda do crédito do PRONAF ▪ Fortalecer os serviços de assistência técnica e extensão rural ▪ Estimular o desenvolvimento de pesquisas em tecnologias modernas ▪ Inserir os produtores no mercado formal da agroindustrialização ▪ Organizar a produção das associações e cooperativas como forma de obter escala 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ GOVERNO DO ESTADO/RURALTINS: Atendimento às famílias beneficiadas pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário; Prestação de assistência técnica e extensão rural aos produtores ▪ MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA) e GOVERNO DO ESTADO/SEAGRO: Qualificação dos beneficiários da agricultura familiar; Criação da rede de apoio do crédito fundiário; Promoção de eventos de apoio à agricultura familiar 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ MDA, INCRA, GOVERNO DO ESTADO e CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL (CEDRUS): Implantar o Programa “ Valorização da Agricultura Familiar / Organizar, Produzir e Agregar” ; Reestruturar os projetos do fundo de terras crédito fundiário; Investir na qualificação dos beneficiários do PRONAF

			<ul style="list-style-type: none"> ▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Realização de treinamento voltado para a ATER ▪ MDA: Acompanhamento dos projetos do crédito fundiário ▪ GOVERNO DO ESTADO/SEAGRO: Realização de vistorias dos imóveis rurais do crédito fundiário ▪ COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB): Aquisição dos produtos da agricultura familiar ▪ SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL (SENAR), MDA e GOVERNO DO ESTADO/RURALTINS: Realização de capacitação de agricultores familiares 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ GOVERNO DO ESTADO/SEAGRO: Intensificar as vistorias dos imóveis rurais do crédito fundiário ▪ COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB): Ampliar a aquisição dos produtos da agricultura familiar
--	--	--	--	--

Segmento	Oportunidades para a Realização de Negócios Sustentáveis	Desafios	Ações Desenvolvidas para a Superação dos Desafios	Ações Previstas para Fortalecer o Segmento no Estado
Micro e Pequena Empresa	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Crescimento do setor automotivo (Municípios de Araguaína, Colinas, Porto Nacional, Gurupi e Paraíso do Tocantins) ▪ Expansão da produção de cerâmica vermelha (Região Central do Estado), confecções (Regiões Norte e Central do Estado) ▪ Fortalecimento do setor moveleiro (Região Norte do Estado) e de Panificação (Município de Palmas) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar a oferta de garantias ▪ Incentivar o emprego formal ▪ Aperfeiçoar a organização contábil das micro e pequenas empresas ▪ Promover a qualificação da gestão empresarial e da mão-de-obra ▪ Incentivar a formalização das empresas Individuais ▪ Sensibilizar e conscientizar o empreendedor quanto aos sistemas de associativismo e de cooperativismo 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Criação da linha de crédito Amazônia Giro MPE com bases e condições diferenciadas para as micro e pequenas empresas ▪ SEBRAE: Fomento a projetos de base comunitária ▪ GOVERNO DO ESTADO/ NATURATINS: Elaboração do manual operacional das atividades de visitação e ecoturismo nas unidades de conservação 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ GOVERNO DO ESTADO: Promover capacitação e visitas às feiras nacionais e internacionais; Aportar recursos para a construção da sede da Cooperativa de Móveis de Guaraí e Região; Implantar o Programa Empreendedores da Beleza do Tocantins; Realizar programas de qualificação e aperfeiçoamento dos micro e pequenos empreendedores

			<ul style="list-style-type: none"> ▪ GOVERNO DO ESTADO: Implantação do programa “ Tocantins Produtivo” ▪ SEBRAE, FIETO e ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO TOCANTINS (OCT): Realização de oficinas para os empreendedores dos segmentos de beleza e de móveis 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ GOVERNO DO ESTADO, INSTITUTO EUVALDO LODI (IEL) e SEBRAE: Implantar o Programa “ Tocantins Competitivo” ; Intensificar o fomento à capacitação de micro e pequenos empresários e trabalhadores ▪ GOVERNO DO ESTADO, FIETO e SEBRAE: Implantar o Pólo Ótico do Estado
--	--	--	---	---

Segmento	Oportunidades para a Realização de Negócios Sustentáveis	Desafios	Ações Desenvolvidas para a Superação dos Desafios	Ações Previstas para Fortalecer o Segmento no Estado
Turismo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Incentivo aos Pólos Turísticos Encantos do Jalapão, Lagos e Praias do Cantão, Serras Gerais, Serras e Lago e Ilha do Bananal ▪ Fortalecimento da atividade turística, principalmente dos segmentos de ecoturismo, turismo de negócios e lazer 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar a infraestrutura turística ▪ Fortalecer a integração da cadeia turística ▪ Investir na capacitação do <i>trade</i> turístico local e em marketing ▪ Melhorar a qualidade dos projetos turísticos ▪ Inserir o produtor rural, principalmente da agricultura familiar, na cadeia do turismo 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ SEBRAE, PREFEITURAS e GOVERNO DO ESTADO/ADTUR: Incentivo ao fornecimento de produtos para eventos turísticos; Aquisição dos produtos da agricultura familiar para eventos institucionais relacionados à atividade turística ▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Elaboração do Plano de Incentivo ao Turismo na Amazônia ▪ GOVERNO DO ESTADO/ADTUR: Realização de investimentos na infraestrutura turística; Qualificação dos equipamentos e serviços turísticos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ GOVERNO DO ESTADO/ADTUR: Realizar o mapeamento dos pólos turísticos do Estado; Implantar o Programa de Desenvolvimento Turístico do Estado; Ampliar a qualificação dos equipamentos e serviços turísticos ▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Elaborar o Plano de Incentivo ao Turismo na Amazônia para o Exercício de 2010 ▪ GOVERNO DO ESTADO/NATURATINS: Estimular a prática do ecoturismo nas unidades de conservação; Fomentar projetos de base comunitária

Segmento	Oportunidades para a Realização de Negócios Sustentáveis	Desafios	Ações Desenvolvidas para a Superação dos Desafios	Ações Previstas para Fortalecer o Segmento no Estado
Cultura	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Construção de teatro, cinema e salões de eventos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Investir em divulgação e marketing 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Criação do Programa “ Amazônia Mais Cultura” ; Concessão de patrocínio aos projetos do segmento cultural; Realização do Projeto “ 5ª Cultural” ▪ IPHAN: Revitalização do centro histórico do Município de Natividade através do Programa “ Monumenta” ▪ GOVERNO DO ESTADO e PREFEITURAS: Implantação de centros culturais multifuncionais; Manutenção de bibliotecas públicas; Fomento às culturas populares 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Intensificar as ações no âmbito do Programa “ Amazônia Mais Cultura” ; Ampliar a concessão de patrocínios aos projetos culturais; Expandir as atividades do Projeto “ 5ª Cultural” ▪ GOVERNO DO ESTADO: Implantar o Programa de Desenvolvimento da Cultura do Estado do Tocantins; Promover o Festival cultural do servidor público; Criar novos centros culturais multifuncionais; Investir na preservação das tradições culturais indígenas

Segmento	Oportunidades para a Realização de Negócios Sustentáveis	Desafios	Ações Desenvolvidas para a Superação dos Desafios	Ações Previstas para Fortalecer o Segmento no Estado
Atividade Florestal	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Recuperação de áreas degradadas e áreas de reserva legal e reservas permanentes ▪ Incentivo ao reflorestamento em áreas degradadas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a regularidade fundiária e ambiental das propriedades ▪ Praticar a utilização dos créditos de reposição florestal para amortização dos financiamentos ▪ Ampliar os mercados consumidores para os produtos florestais 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Criação do Programa de Financiamento para Manutenção e Recuperação da Biodiversidade Amazônica (FNO-Biodiversidade) que incentiva a recuperação do passivo ambiental florestal ▪ GOVERNO DO ESTADO: Expedição da licença ambiental; Realização de fiscalização ambiental; Incentivo à municipalização da gestão ambiental; Estabelecimento de índices de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ecológicos para municípios; Gestão do Sistema Estadual de Informações Ambientais (SEIA) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ GOVERNO DO ESTADO e IBAMA: Intensificar a fiscalização ambiental e a expedição de licenciamento

Segmento	Oportunidades para a Realização de Negócios Sustentáveis	Desafios	Ações Desenvolvidas para a Superação dos Desafios	Ações Previstas para Fortalecer o Segmento no Estado
Indústria	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação/revitalização de fundos de aval/garantia, programas de refinanciamento de passivos fiscais e creditícios e fundos de investimento em cooperativas de crédito ▪ Desenvolvimento da indústria farmacêutica (Região Sul do Estado) e metalurgia (Região Centro-Sul do Estado) ▪ Estruturação dos Pólos Ceramista; Calçadista; Madeira e Móveis e Têxtil e Confecção ▪ Implantação do Parque Tecnológico do Estado propiciando o desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços inovadores 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Investir na formação gerencial dos empreendedores e na qualificação da mão-de-obra ▪ Implantar a infraestrutura necessária no Parque Tecnológico do Estado ▪ Atrair para o Estado instituições de pesquisa e desenvolvimento tecnológico 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ SEBRAE, FIETO, IEL e SENAI: Revitalização e implantação de novas unidades industriais; Implantação de postos de informação da representação do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) ▪ FIETO: Realização de estudos de viabilidade empresarial; Acompanhamento das empresas beneficiadas por programas de incentivos; Estímulo à implantação de empreendimentos estratégicos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ GOVERNO DO ESTADO, IEL e SEBRAE: Implantar o Programa: “ Tocantins Competitivo” ▪ GOVERNO DO ESTADO: Atrair investimentos para o Estado por meio da divulgação das oportunidades existentes no Tocantins

			<ul style="list-style-type: none"> ▪ GOVERNO DO ESTADO e PREFEITURAS: Viabilização e manutenção de distritos e áreas industriais; Estruturação de centros de apoio logístico à atividade industrial ▪ SEBRAE e FIETO: Realização de feiras industriais; Implantação do Projeto: “ Fogão de Lenha” 	
Projetos Estruturantes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Expansão do setor da construção civil ▪ Construção da Ferrovia Norte-Sul ▪ Potencial energético do Estado ▪ Disponibilidade de rodovias ▪ Consolidação da Hidrovia Tocantins 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ampliar a oferta de recursos para atendimento da demanda dos projetos estruturantes ▪ Intensificar as parcerias entre os agentes públicos e privados ▪ Qualificar a mão-de-obra portuária 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ GOVERNO DO ESTADO e PREFEITURAS: Realização de melhorias urbanas; Construção de moradias populares e conjuntos habitacionais; Regularização fundiária de lotes urbanos; Pavimentação asfáltica de vias e estradas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ GOVERNO DO ESTADO: Ampliar os investimentos na construção de unidades habitacionais (moradias populares); Realizar a pavimentação de novas vias e estradas; Expandir a rede de esgotamento sanitário, de abastecimento de água e de eletrificação

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Construção de portos fluviais ▪ Implantação do Porto do Município de Praia Norte viabilizando a operacionalização da Hidrovia Tocantins no trecho norte do Estado 		<ul style="list-style-type: none"> ▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Apoio financeiro aos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) ▪ GOVERNO ESTADUAL e INFRAERO: Elaboração de projetos aeroportuários; Implantação de equipamentos de proteção ao vôo; Construção e manutenção de aeródromos; Firmatura de convênio entre o Governo do Estado e a INFRAERO para a contratação dos estudos de viabilidade econômica financeira e estudos para determinação das adequações técnicas necessárias do aeroporto industrial de Palmas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Continuar apoiando projetos no âmbito do PAC
--	--	--	---	---

			<ul style="list-style-type: none">▪ GOVERNO DO ESTADO: Construção de portos hidroviários e de plataformas multimodais; Investimentos na recuperação das estradas vicinais; Apoio à INFRAERO nos investimentos necessários à estruturação do aeroporto industrial de Palmas; Construção de redes de distribuição urbana (sistema de esgotamento sanitário e de abastecimento de água potável); Implantação de rede de drenagem pluvial; Elaboração e execução de projetos de redes de eletrificação	
--	--	--	--	--

Segmento	Oportunidades para a Realização de Negócios Sustentáveis	Desafios	Ações Desenvolvidas para a Superação dos Desafios	Ações Previstas para Fortalecer o Segmento no Estado
Agronegócio	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Crescimento das exportações do Estado ▪ Expansão da produção de grãos (arroz, milho e soja) e da pecuária de corte ▪ Existência de laticínios e frigoríficos com registro de SIF ▪ Instalação de agroindústria esmagadora de soja ▪ Produção de biodiesel 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Investir na formação de mão-de-obra especializada ▪ Aperfeiçoar a escala de produção dos principais produtos do agronegócio do Estado ▪ Criar culturas alternativas para a base produtiva de biodiesel ▪ Buscar viabilidade econômica para a produção das culturas de mamona e girassol ▪ Aprimorar a cultura do pinhão manso ▪ Intensificar as pesquisas para os produtos da cadeia do agronegócio ▪ Desenvolver a integração entre entidades afins e órgãos de sanidade vegetal e animal ▪ Desenvolver programas de fomento às micro e pequenas agroindústrias 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ GOVERNO DO ESTADO: Implantação de centros de abastecimento; Organização gerencial das cadeias produtivas do agronegócio; Elaboração de estudos e promoção de pesquisas agropecuárias; Acompanhamento dos projetos hidroagrícolas; Construção de centros de referência agrotecnológica; Desenvolvimento do sistema integrado de informação do agronegócio; Investimento no melhoramento genético do rebanho 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ GOVERNO DO ESTADO e EMBRAPA: Ampliar a produção de mudas sadias de abacaxi e caju; Realizar análises de solos em vários municípios do Estado ▪ GOVERNO DO ESTADO e DELEGACIA FEDERAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (DFDA): Institucionalizar as câmaras técnicas do agronegócio

			<ul style="list-style-type: none">▪ PREFEITURAS: Construção de abatedouros regionais; Revitalização dos pontos de distribuição; Implantação de centros de abastecimento▪ GOVERNO DO ESTADO, SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA (SFA/TO) e FAET: Introdução de sistemas de produção sustentáveis; Manutenção da Central de Abastecimento e Comercialização (CEASA); Realização da classificação de produtos de origem vegetal; Apoio à realização de feiras e eventos agropecuários; Construção de centros de referência agrotecnológica	
--	--	--	---	--

			<ul style="list-style-type: none">▪ FAET e SENAR: Realização de capacitação técnica e gerencial dos agentes do agronegócio▪ FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS (UNITINS): Elaboração de estudos e promoção das pesquisas para a fruticultura▪ EMBRAPA, UNITINS e UFT: Utilização de sistema de produção orgânica▪ IBAMA e SFA: Introdução de sistemas de produção sustentável diminuindo o uso da prática do fogo utilizando práticas conservacionistas▪ GOVERNO DO ESTADO e EMBRAPA: Utilização de sistema de preparo, correção e conservação dos solos em Palmas	
--	--	--	--	--

Segmento	Oportunidades para a Realização de Negócios Sustentáveis	Desafios	Ações Desenvolvidas para a Superação dos Desafios	Ações Previstas para Fortalecer o Segmento no Estado
Comércio e Serviços	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Expansão da rede atacadista do Estado ▪ Crescimento do segmento de prestação de serviços, principalmente na área de ensino superior ▪ Fomento à implantação de unidades comerciais ao longo da BR-153 no trecho que compreende o Estado do Tocantins e da TO-050 ▪ Revitalização de centros comerciais 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Investir na formação de mão-de-obra e na qualificação da gestão empresarial ▪ Melhorar a organização contábil das empresas que atuam no segmento 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Simplificação do processo de análise de crédito com a dispensa de projeto completo para capital de giro isolado e máquina isolada ▪ GOVERNO DO ESTADO e FECOMÉRCIO: Implantação de unidades do BR Shopping nas cidades de Barrolândia, Nova Rosalândia e Fortaleza do Tabocão; Investimento na qualificação de mão-de-obra e empresarial 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Ampliar o processo de simplificação do crédito

Quadro III: Oportunidades de Negócios Sustentáveis nas Áreas Jurisdicionadas das Agências do Banco da Amazônia no Estado

Agência	Oportunidades de Negócios Sustentáveis	Abrangência Territorial	Diagnóstico Situacional
Araguaína	Bovinocultura de Corte e de Leite	Todos os Municípios sob jurisdição da Agência de Araguaína	Região composta, em maior proporção, por médios e grandes produtores que adotam alta tecnologia de produção desenvolvendo as atividades em padrões sustentáveis; aglomerados consolidados na região com frigoríficos em funcionamento, laticínios de grande porte e fábrica de derivados do leite; infraestrutura de produção favorável.
Araguatins	Bovinocultura de Corte e Leite e Silvicultura	Todos os Municípios sob jurisdição da Agência de Araguatins	Região conhecida como “ Bico do Papagaio” , sendo composta na sua maioria por produtores da agricultura familiar vinculados em associações e assentamentos do INCRA; dispõe de assistência técnica e extensão rural; silvicultura em expansão; o Município de Augustinópolis concentra a produção de leite; existência de médios laticínios que, além de beneficiarem o leite, trabalham vários produtos lácteos.
Colinas do Tocantins	Piscicultura, Cultivo de Soja e Bovinocultura de Corte e Leite	Todos os Municípios sob jurisdição da Agência de Colinas do Tocantins	Atividades desenvolvidas principalmente por médios e grandes produtores; adoção de padrões sustentáveis de produção; dispõe de serviços de assistência técnica e extensão rural; mercado consumidor potencial em expansão com a inauguração do trecho da Ferrovia Norte Sul até o Município de Colinas.
Dianópolis	Apicultura, Bovinocultura de Corte, Fruticultura Irrigada e Piscicultura	Todos os Municípios sob jurisdição da Agência de Dianópolis	Aglomerados bem estruturados; conta com apoio de assistência técnica; infraestrutura logística eficiente; dispõe de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's) com aproveitamento dos recursos hídricos da Região Sudeste do Estado; fruticultura irrigada em expansão no Projeto Manuel Alves apoiado pelo Ministério da Integração Nacional e Governo do Estado.

Agência	Oportunidades de Negócios Sustentáveis	Abrangência Territorial	Diagnóstico Situacional
Guaraí	Bovinocultura de Corte e Leite e Cultivo de Soja	Todos os Municípios sob jurisdição da Agência de Guaraí	Infraestrutura logística em boas condições com disponibilidade de armazéns e construção de Pátio Multimodal na Ferrovia Norte Sul; mercado consumidor potencial; adoção de alta tecnologia de produção; encontra-se em fase inicial o cultivo de canaviais visando a produção de Etanol.
Gurupí	Bovinocultura de Corte, Fruticultura e Cultivo de Grãos	Todos os Municípios sob jurisdição da Agência de Gurupí	Atividades bem consolidadas; mercado consumidor em crescimento; apresenta infraestrutura logística favorável; dispõe de serviços de assistência técnica e extensão rural; implantação de armazéns graneleiros e esmagadora de soja; frigorífico de grande porte em funcionamento; silvicultura em expansão.
Miracema do Tocantins	Bovinocultura de Corte, Abacaxicultura e Apicultura	Todos os Municípios sob jurisdição da Agência de Miracema do Tocantins	Municípios compostos por pequenos e médios produtores; atividades consolidadas que apresentam grande tradição na região; mercado potencial; boa infraestrutura de produção; silvicultura em expansão.
Miranorte	Bovinocultura de Corte Abacaxicultura, Apicultura e Silvicultura	Todos os Municípios sob jurisdição da Agência de Miranorte	Região composta na sua maioria por pequenos e médios produtores; dispõe de assistência técnica e extensão rural; mercado consumidor favorável e em crescimento; dispõe de assistência técnica e apoio da SEAGRO na organização dos apicultores para aumento da produção de mel no Município de Barrolândia, conhecida como a Capital do Mel.
Natividade	Apicultura, Bovinocultura de Corte, Fruticultura Irrigada, Piscicultura e Cultivo de Soja	Todos os Municípios sob jurisdição da Agência de Natividade	Aglomerados bem estruturados; existência de serviços de assistência técnica e extensão rural; infraestrutura logística eficiente; piscicultura consolidada no Município de Almas; silvicultura em implantação por grande empresa visando abastecimento de indústria de celulose.

Agência	Oportunidades de Negócios Sustentáveis	Abrangência Territorial	Diagnóstico Situacional
Palmas	Apicultura, Bovinocultura de Corte e Caprinocultura	Todos os Municípios sob jurisdição da Agência de Palmas	A bovinocultura de corte é uma atividade tradicional e consolidada na região; a apicultura está em franca expansão e a caprinocultura para produção de leite está consolidada; dispõe de assistência técnica e infraestrutura de produção; comércio e indústria em expansão, a exemplo da implantação de um grande shopping; previsão de instalação de indústria de semi condutores eletrônicos em 2010; expansão do turismo de lazer, dada a liberação do uso múltiplo do lago formado pela Usina Luiz Eduardo Magalhães.
Paraíso do Tocantins	Apicultura, Avicultura, Bovinocultura de Corte e Silvicultura	Todos os Municípios sob jurisdição da Agência de Paraíso do Tocantins	Apresenta boas condições de infraestrutura de apoio à produção; mercado consumidor em expansão; bom nível de organização dos produtores; avicultura em crescimento para abastecimento e elevação da utilização da capacidade instalada do abatedouro de frangos de grande empresa do setor; pecuária de corte consolidada com médios e grandes produtores trabalhando no melhoramento do padrão genético do rebanho bovino; existência de médio laticínio em Paraíso do Tocantins; silvicultura em expansão visando principalmente consumo no setor cerâmico.
Pedro Afonso	Bovinocultura de Corte, Silvicultura e Cultivo de Soja e Cana	Todos os Municípios sob jurisdição da Agência de Pedro Afonso	O Município de Pedro Afonso é conhecido como a capital da soja, pois concentra a maior parte da produção desse grão no Estado; atividade desenvolvida por médios e grandes produtores organizados em cooperativa adotando alta tecnologia de produção; estão sendo realizados investimentos de infraestrutura na região; canaviais em implantação visando produção de etanol; escoamento da produção favorecida com a inauguração da ponte sobre o rio Tocantins e plataforma multimodal da Ferrovia Norte Sul.

Agência	Oportunidades de Negócios Sustentáveis	Abrangência Territorial	Diagnóstico Situacional
Porto Nacional	Apicultura, Bovinocultura de Corte e Leite, Piscicultura e Caprinocultura	Todos os Municípios sob jurisdição da Agência de Porto Nacional	Dispõe de assistência técnica; os produtores são qualificação e organização; mercado consumidor potencial e em expansão; infraestrutura de produção favorável; silvicultura em fase inicial de implantação; Município de Porto Nacional já se destaca na produção de Biodiesel.
Tocantinópolis	Apicultura, Avicultura, Bovinocultura de Leite e Reflorestamento	Todos os Municípios sob jurisdição da Agência de Tocantinópolis	Região composta na sua maioria por mini e pequenos produtores; mercado consumidor potencial (produção destinada predominantemente para outros Estados); existência de serviços de assistência técnica e extensão rural; infraestrutura de apoio à produção de qualidade; bom nível de capacitação e organização dos produtores; avicultura em expansão com o abatedouro de frangos de Aguiarnópolis, licenciado para exportar para o continente asiático.

4.2.3. PROJETOS DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC) NO ESTADO

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 22 de janeiro de 2007 pelo Governo Federal, objetiva acelerar o ritmo de crescimento da economia brasileira, aumentar o emprego e a renda, diminuir as desigualdades sociais e regionais e manter a solidez dos fundamentos macroeconômicos.

O PAC consiste em um conjunto de medidas destinadas a incentivar o investimento privado e aumentar os investimentos públicos em infraestrutura, além de remover obstáculos ao crescimento econômico. Suas medidas estão organizadas em cinco blocos:

- I. Investimento em infraestrutura;
- II. Estímulo ao crédito e ao financiamento;
- III. Melhora do ambiente de investimento;
- IV. Desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário; e
- V. Medidas fiscais de longo prazo.

Por meio das ações do PAC, o Governo Federal pretende conciliar quatro objetivos macroeconômicos: crescimento com distribuição de renda, estabilidade monetária, equilíbrio externo e redução das desigualdades regionais.

O Quadro IV, demonstrado a seguir, apresenta o mapeamento dos projetos do PAC no Estado do Tocantins:

Quadro IV: Mapeamento dos Projetos do PAC no Estado do Tocantins

Projeto	Localização
Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Porto Franco	Município de Dianópolis
Central Elétrica Buritirana (PCH)	Município de Ponte Alta do Bom Jesus
Central Elétrica Areias (PCH)	Município de Dianópolis
Projeto Manuel Alves (Fruticultura) apoiado pelo Ministério da Integração Nacional	Município de Porto Alegre do Tocantins
Ferrovias Norte Sul	Margem esquerda do Rio Tocantins estendendo-se de norte a sul do Estado (paralela à BR 153), com início no Município de Arraias e terminando na divisa com o Estado do Piauí

5. RECURSOS FINANCEIROS: INSTRUMENTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS E PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. INSTRUMENTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

Para cumprir sua missão institucional de promover o desenvolvimento integrado e sustentável da Região Amazônica o Banco da Amazônia utiliza os seguintes instrumentos econômico-financeiros para aplicação no Estado:

- **Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)** – criado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei n.º 7.827/89, o FNO tem seus recursos oriundos de 0,6% do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados para serem aplicados no financiamento das atividades econômicas desenvolvidas em bases sustentáveis na Região Norte. É operacionalizado através de três programas de financiamento: o *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (FNO-PRONAF)*, o *Programa de Financiamento para Manutenção e Recuperação da Biodiversidade Amazônica (FNO-BIODIVERSIDADE)* e o *Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FNO-AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL)*.
- **Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)** – atende, através dos programas PROGER Urbano, PROGER Rural e PRONAF, exclusivamente, micro e pequenos empreendedores urbanos, profissionais liberais e mini e pequenos produtores rurais, com ênfase na agricultura de base familiar.
- **Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)** – destina-se ao financiamento de projetos de infraestrutura de energia, telecomunicações, portos e rodovias.
- **Fundo da Marinha Mercante (FMM)** – atende à empresas brasileiras de navegação (pessoas jurídicas, constituídas segundo às leis brasileiras, com sede no País, que tenham por objeto o transporte aquaviário, próprio ou fretado, autorizadas a operar).
- **Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)** – destinam-se às empresas e produtores rurais de mini/micro, pequeno, médio e grande portes que atuam nos segmentos da agropecuária, agroindústria, indústria, turismo, comércio e serviços, infraestrutura e exportação.
- **Recursos do Orçamento Geral da União (OGU)** – atendem, através do PRONAF, agricultores familiares da Região Amazônica, suas cooperativas e associações e pessoas jurídicas formadas exclusivamente de agricultores familiares.
- **Recursos de Sustentação Econômica** – os recursos provenientes da carteira de sustentação econômica do Banco da Amazônia atendem aos segmentos de pessoa jurídica e pessoa física no crédito de curto prazo.

5.2. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para o exercício de 2010, a estimativa de recursos para alocação no Estado do Tocantins é de **R\$ 560,95 milhões**, conforme demonstração no Quadro V. Esses recursos, originários das fontes de fomento (FNO, FAT, BNDES e OGU) e de sustentação econômica, deverão atender às necessidades de financiamento prioritárias, de acordo com a importância das atividades para a economia do Estado. Adicionalmente, também serão disponibilizados recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e Fundo da Marinha Mercante (FMM), cujas dotações em 2010 para aplicação na Amazônia são de, respectivamente, R\$ 1 bilhão e R\$ 150 milhões.

Quadro V: Estimativa de Recursos para Alocação no Estado em 2010

Fonte	R\$ Milhões
Recursos de Fomento	499,74
FNO	495,60
FAT	0,66
BNDES	2,88
OGU	0,60
Recursos de Sustentação Econômica	61,21
Total	560,95

A distribuição percentual por programas de financiamento, segmentos econômicos e porte dos empreendedores dos recursos de fomento (FNO, FAT e BNDES) é apresentada nos Quadros VI, VII e VIII, a seguir. Quanto aos recursos do OGU, sua destinação é exclusivamente para a agricultura de base familiar.

Quadro VI: Dotação do FNO para 2010 (R\$ 495,60 Milhões)

Programa	%	Porte (em %)				
		Mini/ Micro	Pequeno	Médio	Grande	Total
FNO-PRONAF	20	100				100
- Grupo A	10	100				100
- Demais Segmentos	10	100				100
FNO- Amazônia Sustentável/ FNO-Biodiversidade	80	31	20	26	23	100
Total	100					

Quadro VII: Dotação do FAT para 2010 (R\$ 0,66 Milhão)

Segmento	%	Porte (em %)		
		Mini/ Micro	Pequeno	Total
Agricultura Familiar e Extrativismo	30	100		100
Agroindústria	20	70	30	100
Indústria	15	40	60	100
Comércio e Serviço	20	80	20	100
Turismo	15	50	50	100
Total	100			

Quadro VIII: Dotação dos Recursos do BNDES para 2010 (R\$ 2,88 Milhões)

Segmento	%	Porte (em %)				
		Mini/ Micro	Pequeno	Médio	Grande	Total
Agropecuária	20	10	10	40	40	100
Agroindústria	10	10	10	50	30	100
Indústria	10	10	10	50	30	100
Turismo	10	25	25	25	25	100
Comércio e Serviço	20	10	10	60	20	100
Infraestrutura	20	10	10	40	40	100
Exportação	10	10	10	40	40	100
Total	100					

6. RESULTADOS ESPERADOS: RESULTADOS QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS

6.1. RESULTADOS QUALITATIVOS

6.1.1. PARA A ECONOMIA DO ESTADO:

- Agregação de valor à produção estadual;
- Elevação do Produto Interno Bruto do Estado;
- Ampliação da base produtiva e da arrecadação fiscal;
- Ampliação da infraestrutura econômica e social;
- Aumento da oportunidade de emprego, de ocupação de mão-de-obra e da massa salarial;
- Promoção da inclusão social de populações de baixa renda;
- Redução do êxodo rural pelo estímulo à permanência do homem no campo;
- Criação de oportunidade para a introdução de novas tecnologias capazes de superar as deficiências no setor produtivo;
- Contribuição para a geração e o aumento de excedentes exportáveis;
- Estímulo à internalização de renda a partir do fortalecimento das cadeias produtivas, através de estímulos às agroindústrias e indústrias estaduais;
- Fortalecimento dos arranjos produtivos locais;
- Minimização das desigualdades internas através de incentivo à formação de novos pólos econômicos no interior;
- Melhoria do abastecimento interno de produtos básicos;
- Promoção da auto-sustentabilidade dos empreendimentos econômicos estaduais; e
- Estímulo ao aproveitamento econômico dos recursos naturais.

6.1.2. PARA OS BENEFICIÁRIOS:

- Satisfação na habilitação, concessão e gestão do crédito;
- Crescimento dos seus negócios;
- Conscientização da importância do seu empreendimento para o desenvolvimento local e regional;
- Elevação da renda real do empreendedor/produtor;
- Melhoria da qualidade de vida do empreendedor/produtor, de seus familiares e empregados; e
- Criação de oportunidades de trabalho para os membros das famílias dos mini e pequenos produtores.

6.1.3. PARA OS CONSUMIDORES:

- Expansão da oferta de produtos diversificados para o consumo local;
- Maximização da renda dos consumidores, como reflexo da redução dos preços relativos dos produtos agrícolas e industriais; e
- Melhoria do padrão alimentar da população.

6.1.4. PARA O MEIO AMBIENTE:

- Conservação e/ou preservação do patrimônio natural, através da indução e do estímulo ao uso de melhores práticas produtivas que promovam o desenvolvimento da Região em bases mais sustentáveis;
- Reabilitação de áreas alteradas, ou em vias de degradação, mediante a adoção de tecnologias apropriadas; e
- Contenção do avanço do desmatamento desordenado.

6.1.5. PARA O BANCO DA AMAZÔNIA:

- Execução das Políticas, Planos e Programas do Governo Federal para o desenvolvimento da Região;
- Consolidação e fortalecimento de parcerias com objetivos convergentes e comprometidos com o desenvolvimento regional sustentável; e
- Fortalecimento Institucional e reconhecimento como agente financeiro fomentador do desenvolvimento sustentável da Amazônia para que a Região atinja patamares inéditos de sustentabilidade a partir do empreendedorismo consciente.

6.2. RESULTADOS QUANTITATIVOS

Com base na estimativa de recursos a serem alocados no Estado em 2010, projeta-se, entre outros resultados, a criação de novas oportunidades de trabalho, o incremento do valor bruto da produção estadual, a diminuição do êxodo rural, a minimização das desigualdades intra e inter-regionais, a inclusão social, a redução da pobreza, o aumento do PIB estadual, a ampliação da arrecadação tributária e o financiamento de **12.186** beneficiários/projetos, conforme demonstrado no Quadro IX:

Quadro IX: Estimativa de Beneficiários/Projetos a serem Financiados no Estado em 2010

Fonte	Recursos a Alocar (R\$ Milhões)	Beneficiários/ Projetos a Financiar (Unidade)
Recursos de Fomento	499,74	6.552
FNO	495,60	6.342
FAT	0,66	6
BNDES	2,88	10
OGU	0,60	194
Recursos de Sustentação Econômica	61,21	5.634
Total	560,95	12.186

ANEXOS

ANEXO I

INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DO ENCONTRO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO PARA A APLICAÇÃO DOS RECURSOS PARA 2010

1. Agência de Defesa Agropecuária (ADAPEC)
2. Agência de Desenvolvimento Turístico do Tocantins (ADTUR)
3. Agência de Fomento do Estado do Tocantins (FOMENTO)
4. Banco da Amazônia
5. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)
6. Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins (FAET)
7. Federação das Indústrias do Estado do Tocantins (FIETO)
8. Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)
9. Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins (RURALTINS)
10. Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS)
11. Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAGRO)
12. Secretaria de Estado de Indústria e Comércio (SIC)
13. Secretaria de Estado de Planejamento (SEPLAN)
14. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/TO)
15. Superintendência Federal de Agricultura (SFA/TO)